

Jesus Maria Sousa apresenta a sua candidatura a Reitora da Universidade da Madeira (UMa), num momento particularmente difícil de crise sanitária, económica e social que atravessa o mundo, e que irá penalizar de forma mais aguda principalmente os mais frágeis, com pequena dimensão e menor poder de reivindicação. Numa altura em que a UMa mais precisa de uma voz forte, e academicamente reconhecida, para fazer ouvir as suas legítimas aspirações, ela não hesita. Diz: “Presente”.

Dando a conhecer a sua identidade cultural (de ascendência goesa e natural da Beira, Moçambique), a par da sua formação académica, serviço prestado à Universidade e o que considera ser a sua abertura ao Mundo, como elementos definidores de um perfil que poderá influenciar a forma de condução dos destinos da UMa, apresenta um Programa de Ação que encara a comunidade académica como um sistema vivo, composto por diversos subsistemas (Professores/Investigadores, Estudantes e Funcionários Não-docentes), em interação uns com os outros.

Tendo como grande objetivos a afirmação da identidade científica, pedagógica e cultural da UMa, aos níveis nacional e internacional, e o seu reconhecimento social pela comunidade madeirense como um eixo fundamental de desenvolvimento local e regional, define dez objetivos específicos para cada um dos três subsistemas, procurando refletir as preocupações e as necessidades sentidas, num processo de auscultação prévia, que realizou junto das lideranças de topo e intermédias, e de outros membros da academia com quem teve a oportunidade de contactar, aliada à sua visão pessoal de universidade, a partir da vivência em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) nacionais e internacionais, sem esquecer a dimensão material da instituição, ou seja, os espaços onde a comunidade académica trabalha, interage e convive.

Defende uma universidade prioritariamente ao serviço da Região Autónoma da Madeira (RAM), sem que isto signifique que se feche sobre si própria. Esperando o apoio do Governo Regional da Madeira e das autarquias num desígnio comum de investigação, inovação e desenvolvimento, divulgando o nome da UMa em Portugal e no mundo, propõe-se a audiências com o Governo da República e com o Governo Regional da Madeira, a propósito do orçamento de longo prazo da União Europeia (UE) para 2021-2027, em particular no que diz respeito ao acesso a fundos europeus, dado que a UMa foi fortemente prejudicada em diversos programas de financiamento europeu no período de 2014 a 2020, sem que tivesse existido uma clara posição institucional e política por aquilo que era devido à UMa, sobretudo

no acesso pleno aos fundos europeus, na majoração do financiamento das universidades ultraperiféricas portuguesas na Lei do Orçamento de 2019 e/ou num contrato-programa que permitisse o reforço orçamental da UMa.

Segundo a candidata, a UMa não foi capaz, nos últimos anos, de competir e internacionalizar da mesma forma que as demais universidades públicas portuguesas, nem conseguiu construir e equipar infraestruturas destinadas aos cursos técnicos superiores. Também não conseguiu ser mais eficiente do ponto de vista da modernização da administração. Refere também que faltou, ainda, uma voz que dissesse, de modo claro e inequívoco, aos decisores nacionais, que a UMa não deseja ser transformada num polo científico numa Universidade do Atlântico, com sede nos Açores (cf. Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, da autoria de António Costa Silva).

Ela deseja fortemente garantir que a UMa seja tratada como uma universidade portuguesa que, estando sob a alçada da administração central, deve ser respeitada e diferenciada positivamente por estar localizada numa região ultraperiférica, esperando também o entendimento, por parte das autoridades regionais, do impacto desta instituição no desenvolvimento da Região.

Fazer valer a Constituição da República Portuguesa e o Estatuto Político-Administrativo da RAM constitui um desafio constante para uma instituição que, tendo duas dimensões (dependência administrativa nacional e impacto social, cultural e económico imediato regional), tem de assumir um papel político no processo da sua gestão. Por outro lado, importa não esquecer o contributo que a UMa pode e deve dar ao Espaço Europeu de Educação, ao integrar e promover a identidade europeia, particularmente através do Horizonte Europa, enquanto instrumento fundamental na criação de postos de trabalho e no crescimento económico, no reforço da participação das PME e no incentivo às parcerias entre universidades, assim como ao Espaço Europeu de Investigação, atraindo novos talentos e jovens investigadores de outras IES da UE e de países terceiros, como trampolim para uma real internacionalização da UMa, promovendo a cultura dos Direitos Humanos como lugar transversal de todas as ciências.

Pretende, finalmente, em conjunto com as forças vivas da universidade, garantir que a UMa seja reconhecida não só no contexto regional e nacional, mas também a nível internacional, como uma Eco-Universidade e um Eco-Campus, através de investigação, oferta formativa e,

fundamentalmente, de comportamentos e atitudes respeitadores dos equilíbrios ambientais.

Fonte: divulgação.